

## IFCE campus Boa Viagem: contribuições para o contexto regional e local nos sertões cearenses

César Wagner Gonçalves Siqueira <sup>1</sup>  
Rafaela Celi de Lima Figueredo <sup>2</sup>  
Fernanda Maria de Vasconcelos Medeiros <sup>3</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa pretende refletir sobre o impacto do ensino profissional e tecnológico, através do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará campus Boa Viagem, no aspecto social, econômico e cultural na região em que a instituição está inserida. O estudo teve como aporte teórico a expansão da rede federal de ensino profissional e tecnológica. A realização da pesquisa baseou-se na abordagem qualitativa, sendo levantado indicadores institucionais de ensino e a participação de alunos egressos do curso Técnico Subsequente em Agropecuária. Os procedimentos utilizados para a coleta de dados foi: entrevista através de questionário, com questões fechadas e abertas. Além desse procedimento, recorreu-se a análise dos objetivos e finalidades da Lei 11.982/2008, que cria a rede federal de ensino profissional e tecnológica. Os resultados mostram que o IFCE campus Boa Viagem tem promovido contribuições para o contexto de sua inserção, suas atividades de ensino atendem aos objetivos e finalidades da Lei 11.982/2008, tendo alcance em todos os municípios de sua influência, através dos seus cursos regulares, de Formação Inicial e Continuada - FIC e de suas ações de extensão. Portanto, o IFCE campus Boa Viagem ao garantir o direito a bens sociais, em especial a educação, tem contribuído com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirmando-se no propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica, Política Educacional e Instituto Federal.

### INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema central no campo das políticas educacionais a expansão do ensino técnico e tecnológico no Ceará, mais precisamente no município de Boa Viagem, através da implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, tendo como propósito refletir sobre o impacto institucional no aspecto social, econômico e cultural desta região.

---

<sup>1</sup> Mestre do Curso de Avaliação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará - UFC, [cesar.wagner@ifce.edu.br](mailto:cesar.wagner@ifce.edu.br);

<sup>2</sup> Doutoranda pelo Curso de Ciência da Informação da Universidade Fernando Pessoa - UFP, [rafaela.lima@ifce.edu.br](mailto:rafaela.lima@ifce.edu.br);

<sup>3</sup> Mestranda do Curso de Avaliação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará - UFC, [fernanda.maria@ifce.edu.br](mailto:fernanda.maria@ifce.edu.br);

A implantação dos Institutos Federais de Educação – IFs, através da Lei 11.892/2008, sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica em curso, que se intensificou a partir do final da década de 2000, tendo em vista que essa modalidade de ensino visa contribuir para o progresso socioeconômico, dentre outras, com destaques para aquelas com enfoques regionais e locais.

Neste contexto, surge o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu. Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com práticas pedagógicas.

Atualmente, o IFCE possui 34 unidades instaladas em variadas regiões do estado, sendo 33 destas de ensino, além da Reitoria e do Polo de Inovação Embrapii, ambos em Fortaleza. Destas unidades, o IFCE campus Boa Viagem teve seu funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 378/MEC de 09 de maio de 2016, publicado no DOU de 10 de maio de 2016, iniciando oficialmente suas atividades em 05 de agosto de 2016, com cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Por lei, o IFCE deverá orientar no mínimo 50% de sua oferta de matrículas para cursos técnicos, preferencialmente integrado ao ensino médio, e 20% para cursos de licenciatura ou em programas especiais de formação de professores, sobretudo nas áreas de ciências e matemática.

Deste modo, o IFCE campus Boa Viagem atua em três eixos tecnológicos: recursos naturais, informação e comunicação e formação de professores, além de ofertar cursos de formação inicial e continuada com vistas a qualificar profissionais de variados setores e ampliar a oferta de serviços educacionais para a comunidade local.

Ao criar condições para a oferta de educação profissional e tecnológica o IFCE campus Boa Viagem orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura, conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício do trabalho, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Este propósito provocou inquietações em torno das contribuições que o IFCE campus Boa Viagem traz para o progresso socioeconômico regional, buscando verificar a atuação dessa

instituição para o desenvolvimento local, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas.

O IDHM de Boa Viagem, em 2012, registrou baixo Desenvolvimento Humano. Dos três indicadores que compõem o IDHM, a pontuação do indicador Educação, correspondeu a Baixo Desenvolvimento. O IDEB de 2017 para os anos finais do ensino fundamental foi de 4,8, superando a média nacional de 4,6. No que pese os dados do SAEB, Prova Brasil e SPAECE registrarem o crescimento do desempenho dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, identificamos ainda dados críticos de aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática, da alfabetização de jovens e adultos e da inclusão escolar de alunos especiais. Nesses termos, a inserção do IFCE campus Boa Viagem pode contribuir de forma significativa, nas intervenções necessárias à mudança dessa realidade. Partimos do pressuposto que o IFCE tem possibilitado mudanças na realidade educacional do município de Boa Viagem, sobretudo, na oferta do ensino profissional, tecnológico e na formação de professores.

Desta forma, o artigo tem o objetivo de apresentar as contribuições que o IFCE campus Boa Viagem vem promovendo na região no âmbito educacional, procurando verificar se os objetivos a que se propõe o Instituto Federal estão sendo alcançados, a fim de evidenciar o impacto do campus Boa Viagem nos indicadores socioeconômicos no seu contexto de inserção.

A metodologia utilizada nesse estudo privilegia a pesquisa qualitativa, composta por estudo bibliográfico e documental, além da análise dos indicadores educacionais promovidos pelo campus que nos permita apreender melhor o impacto institucional local.

Os resultados encontrados apontaram que o IFCE campus Boa Viagem tem um grande alcance regional na oferta de serviços educacionais, que se manifestou com a oferta de cursos regulares e de formação inicial e continuada, além de ações de extensão e pesquisa. Contando com a revisão documental verifica-se que o campus Boa Viagem vem atendendo aos dispositivos legais que justificam sua criação, finalidade e objetivos. As análises dos dados apontam que a atuação institucional tem causado impactos nos indicadores econômicos locais, através do acompanhamento dos egressos, em especial, no eixo de recursos naturais com a formação de técnicos em agropecuária.

Portanto, espera-se que os resultados aqui apresentados possam trazer contribuições para esse campo de investigação, no intuito de ampliar o debate sobre a relação entre a educação profissional e tecnológica, através dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e seus impactos socioeconômicos regionais e locais.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa consistiu numa abordagem qualitativa e quantitativa. Organizou-se uma revisão da literatura que aborda a construção da política nacional para a educação profissional e tecnológica, além da análise de documentos que tratam da implantação do IFCE no município de Boa Viagem.

Desse modo, a investigação qualitativa, segundo Triviños (1987), privilegia o meio natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave, pois, dando ênfase ao processo, a análise dos dados é indutiva e a apreensão dos significados é uma das preocupações centrais.

O método utilizado foi um estudo de caso desenvolvido no IFCE campus Boa Viagem, por entender que o estudo de caso poderá fornecer os dados esperados para responder ao propósito deste estudo.

Para a coleta de dados necessários à realização da pesquisa, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, documental e a utilização de entrevistas, via formulário google, semiestruturadas, também conhecidas como semiabertas ou semidiretivas, com os egressos do curso técnico subsequente em Agropecuária.

Optou-se por apresentar a base de dados coletados a partir dos seguintes eixos analíticos: a) A inserção do IFCE no município de Boa Viagem; b) O alcance Institucional através das ações de ensino e extensão; c) O cumprimento da finalidade e objetivos da Lei 11.892/2008; e d) Acompanhamento dos Egressos do curso Técnico Subsequente em Agropecuária.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **A) A inserção do IFCE no município de Boa Viagem**

A política nacional de Educação Profissional e Tecnológica - EPT iniciada em 1909, quando o então presidente Nilo Peçanha instruiu a instalação de dezenove “escolas de aprendizes artífices”, para “formar operários e contramestre, ministrando-se ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um ofício” (Brasil,1909). Além disso, essa fase inicial da política também teria o propósito de assistencialismo para a população marginalizada, já que o público alvo era constituído eminentemente de jovens muito pobres, ex-escravos, órfãos, etc. (Saviani, 2007; Manfredi, 2017).

O desenvolvimento de uma política nacional de EPT está diretamente ligada às contínuas mudanças e exigências políticas, econômicas, sociais e culturais da sociedade, principalmente na sociedade capitalista, uma vez que, a formação da força de trabalho através da educação tem atendido as necessidades do modelo econômico vigente. Para Tedesco “A reorganização dos sistemas de produção coloca em relevo novas atribuições e exigem novas posturas dos atores educacionais: o aparecimento de novas necessidades educativas que se agreguem às funções tradicionais da escola” (TEDESCO, 2001, p. 10).

Com isso, a consolidação da política de educação profissional ocorreu entre o pós-crise de 1929 e a ditadura militar, quando o número de Institutos Federais passou de duas dúzias para mais de uma centena. Nesse período, enquanto a economia transitou de um modelo agrário exportador para um modelo nacional desenvolvimentista em que o Estado desempenhou um papel ativo na industrialização e protegeu o capital nacional por meio de um regime de substituição de importações.

Neste contexto, quatro movimentos ocorreram para promover a rede Federal de Educação Profissional: i) a Reforma Capanema, realizada no governo Getúlio Vargas, que trocou a perspectiva filantrópica da EPT pela perspectiva pragmática de que o Estado deveria formar uma massa de trabalhadores especializados que serviria ao desenvolvimento do país; ii) um aumento da demanda por ensino médio em razão do crescimento da renda das famílias, que permitia que uma parcela maior da população jovem adiasse a entrada no mercado de trabalho; iii) uma crescente demanda por mão de obra qualificada para a indústria, em especial, a automobilística e a petroquímica, em decorrência do modelo de transporte rodoviário aplicado ao país; iv) a EPT passou a ser formalmente equivalente ao ensino médio regular em termos de titulação, por exemplo, para acessar o ensino superior, o que favoreceu sua atração também para dos jovens de classe média (Saviani, 2007; Ciavatta e Ramos, 2011; Tavares, 2012).

A fase mais atual da política nacional de EPT inicia-se em 2003, no governo Lula, quando houve uma mudança de paradigma baseada em quatro premissas. A primeira seria que o aluno de EPT deve receber uma educação mais ampla do que apenas a instrumentalização técnica, isto é, o objetivo não seria exclusivamente formar um profissional para o mercado, como era o objetivo anterior. Alternativamente, o ensino técnico deveria ser uma opção para o jovem em relação ao ensino médio regular, no qual ele teria uma formação técnica com elementos de uma educação regular (Kuenzer, 2006; Brasil, 2011; Pacheco, 2011).

A segunda premissa seria que todo o IF deveria possuir organização pedagógica verticalizada da educação básica à superior. Dessa forma, os docentes podem atuar em diferentes níveis de ensino, o que atrai professores mais bem qualificados e os discentes

compartilham melhores espaços de aprendizagem, o que possibilita um percurso formativo que pode ir do curso técnico ao doutorado.

A terceira seria a necessidade de uma estrutura multicampi e autônoma para os Ifs. Assim, a ideia é que uma clara definição do território de abrangência das ações dessas instituições podem refletir em um compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para um desenvolvimento sustentável e com inclusão social. Nesta perspectiva, a estrutura multicampi e autônoma ajudaria a criar uma sintonia com as potencialidades de desenvolvimento local, sendo os cursos definidos por meio de audiências públicas e da escuta às representações da sociedade (Pacheco, 2011).

Por fim, a quarta premissa seria que a expansão dos Ifs serviria de apoio ao atendimento das modalidades de educação de jovens e adultos (EJA), educação a distância (EaD), cursos de formação técnica continuada e cursos técnicos subsequentes. Assim, o espaço físico das instituições serviria de base para ampliar outras políticas educacionais para a redução de iniquidade sociais e territoriais (Brasil, 2011).

Sob esse paradigma, o IFCE campus Boa Viagem teve seu funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 378/MEC de 09 de maio de 2016 e iniciou suas atividades acadêmicas em 05 de agosto de 2016. Anteriormente ao seu funcionamento no dia 26 de novembro do ano de 2015, ocorreu uma audiência pública com a participação do reitor do IFCE, Virgílio Augusto Sales Araripe; do prefeito de Boa Viagem, Fernando Assef, além de outras autoridades municipais, membros da comunidade local, estudantes e professores e ainda contou com a presença de servidores do IFCE, que na oportunidade definiram os eixos tecnológicos que o campus Boa Viagem iria atuar, sendo eles: Recursos Naturais, Informação e Comunicação e Formação de Professores.

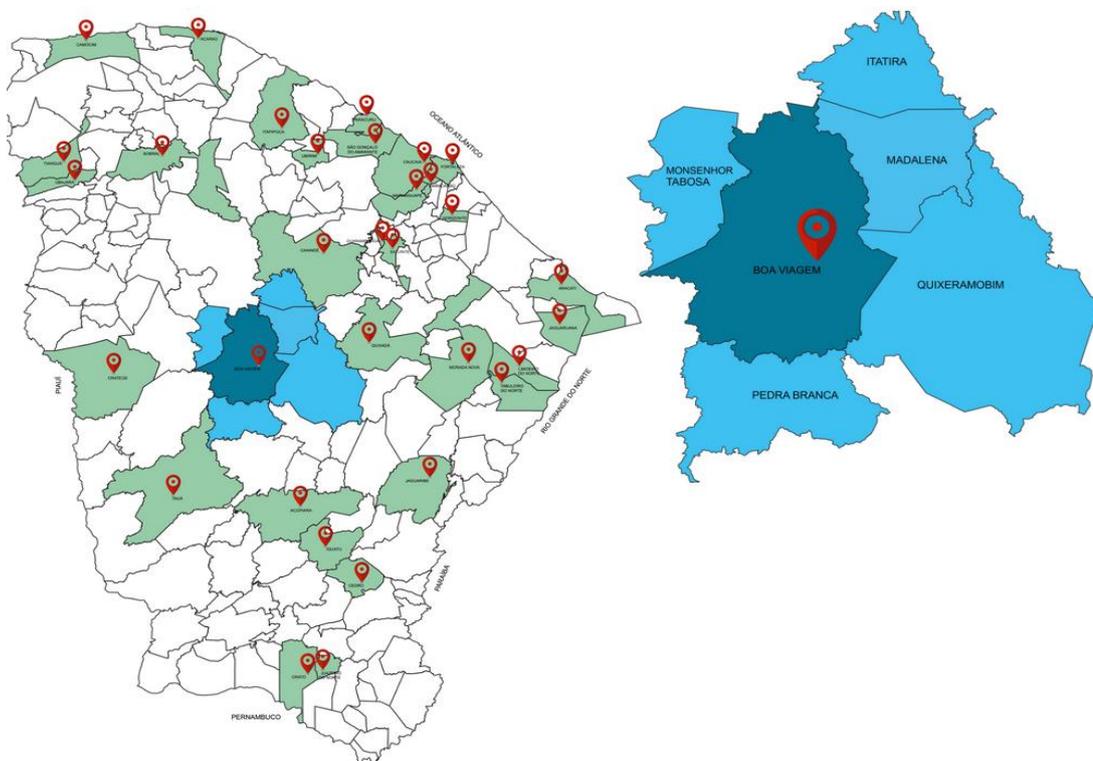
Com isso, estava sedimentado as bases de atuação institucional que se concretizaria com a oferta de três cursos regulares. O curso Técnico integrado ao ensino médio em Redes de Computadores no eixo de Informação e Comunicação, o curso Técnico Subsequente em Agropecuário no eixo de Recursos Naturais e o curso de Licenciatura em Química na área de formação de professores.

O IFCE campus Boa Viagem está situado na mesorregião dos Sertões Cearenses, Microrregião, Sertão de Canindé, municípios limítrofes, Norte: Santa Quitéria, Leste: Madalena e Quixeramobim, Sul: Pedra Branca, Oeste: Monsenhor Tabosa. Distância até a capital, 217 km, Área: 2.836,774 km<sup>2</sup>. Densidade, 18, 51 hab/km<sup>2</sup>. Altitude 275 m. Clima, semiárido.

O Contexto em que o IFCE está inserido apresenta baixo desenvolvimento de acordo com o IDHM dos municípios de sua abrangência. O índice de GINI responsável por medir a desigualdade de uma região na distribuição de renda, que mede em escala de zero (igualdade) até 1 (desigualdade), colocou o Ceará na 3º colocação, entre os estados do Nordeste, com maior índice de desigualdade.

Conforme a figura abaixo a atuação do IFCE campus Boa Viagem deve estar voltado para 6 (seis) municípios: Boa Viagem, Monsenhor Tabosa, Madalena, Itatira, Quixeramobim e Pedra Branca.

Fig. 1 – Mapa do Ceará, Boa Viagem e região de influência



Fonte: Elaborada pelos autores.

Dessa forma, a inserção do IFCE campus Boa Viagem na sua área de abrangência tem a finalidade de reduzir as desigualdades sociais e territoriais. Logo, sua atuação tem como foco consolidar e democratizar a oferta de educação profissional e tecnológica para reduzir as desigualdades de oportunidade entre os jovens da região, ofertar uma educação alinhada com as necessidades locais e estimular a fixação e a permanência de profissionais qualificados no interior do Estado do Ceará.

## B) Alcance institucional através das ações de ensino e extensão

O IFCE campus Boa Viagem iniciou suas atividades acadêmicas no dia 05 de agosto de 2016, com a oferta de 6 cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, totalizando 345 matrículas. Os cursos de Formação Inicial e Continuada tem o objetivo de qualificação profissional e ofertar oportunidades educacionais para a comunidade local.

O alcance do campus notabilizou-se através de serviços educacionais ofertados à comunidade através de cursos FICs, cursos regulares e ações de extensão. Conforme a tabela abaixo, o IFCE de Boa Viagem oportunizou uma variedade de cursos FICs, com o objetivo de atender os diferentes segmentos produtivos locais.

Tabela 1 - Cursos de formação inicial e continuada ofertados pelo *campus* de 2016 a 2019.1.

Cursos	Vagas					
	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2	2019.1
Bovinocultor de leite	40					
Introdução à Programação	35					
Formação e Saberes Docentes	70					
Escrevendo para o ENEM e outros exames	40					
Preparatório para o ENEM e outras seleções com ênfase em química	40					
Técnicas de Estudo e Aprendizagem	120					
Preparatório para a Olimpíada Nacional de Química – Júnior		40				
Química Geral		40				
Inglês Básico		25				
Introdução a manipulação correta de produtos químicos do cotidiano		40				
Políticas Educacionais e Formação de Gestores Escolares		40				
Curso Preparatório para Olimpíadas de Programação			20			
Ecologia do Semiárido: conhecendo e reconhecendo minha região			40			
Higiene e Manipulação de Alimentos			90			
Interpretação de textos a partir da música			30			
Montagem, manejo e manutenção de sistemas de irrigação e Pastagem Irrigada			40			
Teatro, política e sociedade			35			
Pré-ENEM: Intensivo das Exatas			40			
Preparatório para Concursos e Seleções			40			

Suporte e Manutenção de Computadores			35			
Coordenação Pedagógica			40			
Inglês Básico para adolescentes			25			
Inglês Básico I			25			
Educação <i>online</i>			30			
Iniciação à escrita científica			30			
Inglês Básico II				25		
Formação Esportiva Universal				30		
Introdução a Automação e Robótica				30		
Introdução a Eletrônica Digital				30		
Introdução à Plataforma Arduino: primeiros passos para a robótica				30		
Inglês Básico III					25	
Curso de Voleibol e Vôlei de praia					40	
Avicultor					30	
Programação à Objetos					30	
Química Nerd						35
Práticas de Handebol						40
Espanhol Básico						40
Inglês Básico II						30
Matemática Básica						40
Informática para Iniciantes						24
Interpretação Teatral						40
Preparatório para o ENEM						150
Informática para Internet						24
<b>TOTAL</b>	<b>345</b>	<b>185</b>	<b>520</b>	<b>145</b>	<b>125</b>	<b>423</b>

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os cursos FICs ofertados pelo IFCE campus Boa Viagem totalizaram 1.743 matrículas no período compreendido entre 2016.2 a 2019.1, o que nos permite inferir que a instituição vem cumprindo seu papel de acordo com a Lei 11.892/2008, art. 6º, inciso II, que entre outras finalidades e objetivos, se efetiva em “ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica”(BRASIL, 2008).

O campus oferta atualmente 3 (três) cursos regulares, dentro dos seguintes eixos tecnológicos: recursos naturais, informação e comunicação e formação de professores.

Tabela 2 – Cursos regulares ofertados pelo *campus* 2017 e 2018.

Cursos	Vagas			
	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Técnico Integrado em Redes	35		35	

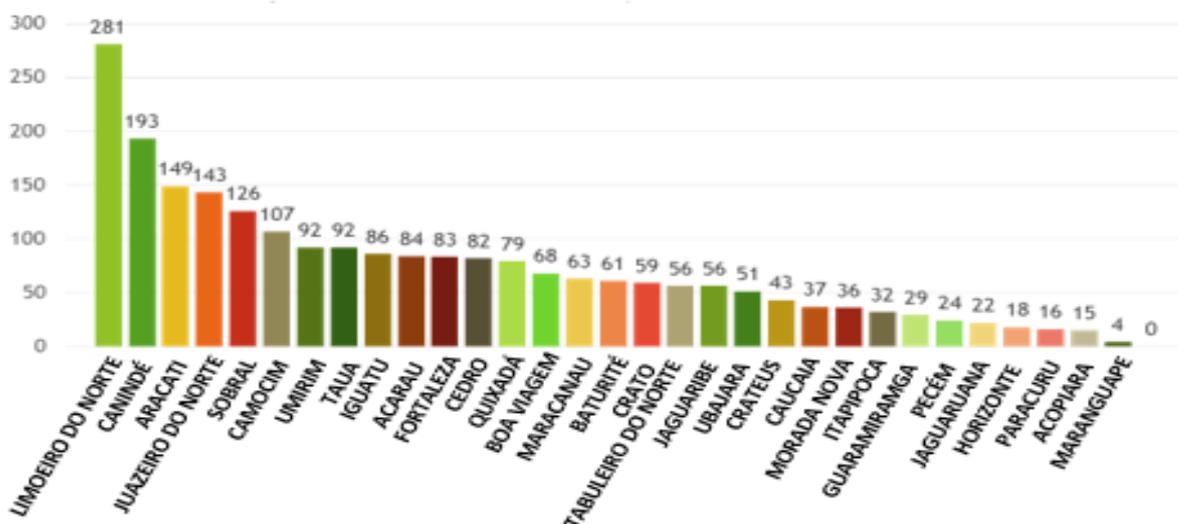
Técnico Subsequente em Agropecuária	35	35	35	35
Licenciatura em Química	35	35	35	35
<b>TOTAL</b>	<b>105</b>	<b>70</b>	<b>105</b>	<b>70</b>

Fonte: Elaborada pelos autores

O acesso a esses cursos se dá por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação (MEC), para o curso de nível superior e outros processos seletivos, regido por edital, para os cursos técnicos. Os três cursos regulares ofertados pelo campus Boa Viagem atende o propósito de verticalização do ensino, que se efetiva na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis, desde a educação básica, profissional e superior.

Para além da oferta de cursos regulares e FICs, o campus Boa Viagem desenvolve ações de extensão que visam aproximar a comunidade externa e a instituição, entre 2016 a 2018, foram ofertados 68 eventos de extensão, o que promoveu o campus a ser um dos maiores extensionistas da rede, é o que podemos verificar através da figura 2, elaborado pela Pró-Reitoria de Extensão do IFCE.

Fig. 2 – Ações de Extensão desenvolvidas entre 2016.2 a 2018



Fonte: Pró-reitora de Extensão - PROEXT.

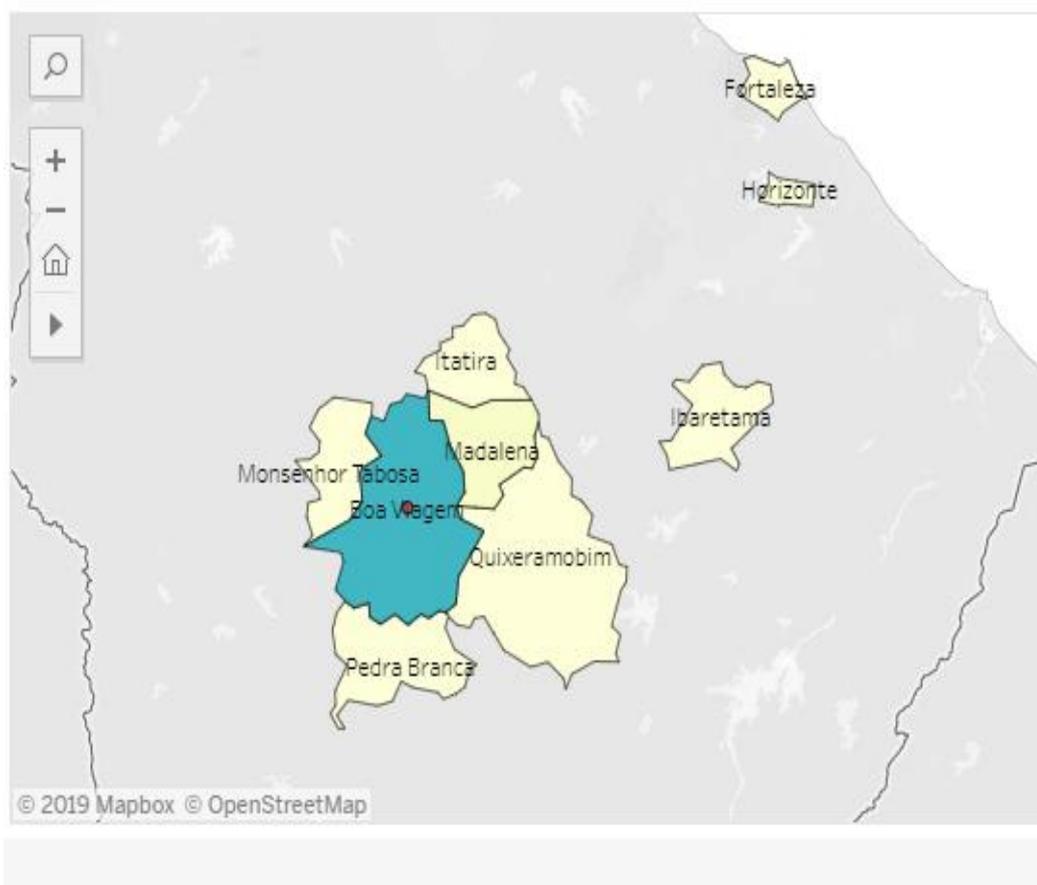
As diferentes atividades do campus, entre cursos regulares, cursos de formação inicial e continuada e ações de extensão conseguiram alcançar e intervir nos municípios de abrangência do IFCE de Boa Viagem.

Essa evidência é comprovada através do acompanhamento das matrículas dos alunos no sistema acadêmico e do IFCE em números que é uma ferramenta que apresenta dados de matrículas, oferta de cursos, evasão, rendimento acadêmico, origem dos alunos e fluxo escolar.

Esses dados permitem aos campi subsidiar a execução de ações para permanência e para o êxito dos estudantes na instituição.

Através da figura 3 podemos observar o alcance institucional das ações realizadas pelo IFCE de Boa Viagem, ao verificar a origem dos alunos que estudam ou estudaram na instituição.

Fig. 3 – Origem dos alunos do IFCE campus Boa Viagem



Fonte: IFCE em números.

Esse dado nos permite inferir que as ações da instituição têm alcançado os 6 municípios de sua influência. O alcance institucional ocorre através da oferta de cursos em diferentes modalidades e níveis que totalizaram 1882 matrículas, entre 2016.2 a 2019.2, de acordo com os dados do IFCE em números, além das ações de extensão promovidos pelo campus Boa Viagem.

Portanto, o IFCE de Boa Viagem vem cumprindo um papel significativo no que diz respeito à influência territorial, ofertando serviços educacionais que colabore para o desenvolvimento socioeconômico regional.

### C) O cumprimento da finalidade e objetivos da Lei 11.892/2008

A Lei 11.982/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estabelece as seguintes finalidade e objetivos.

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidade, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de solução técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V – Constituir-se em centro de excelência na oferta de ensino de ciência, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL, LEI 11.982, 2008)

De acordo com o artigo 6º da Lei 11.982/2008, seriam esses as finalidades e características dos Institutos Federais, no que pese o campus Boa Viagem podemos identificar que muitos dos incisos estabelecido pelo dispositivo legal vem sendo cumprido no âmbito de suas ações.

Os destaques vão para o inciso I, II, III e IV na qual o campus oferta educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino, possibilitando através de seus Projetos Pedagógicos de Cursos adaptar a estrutura curricular às condições produtivas regionais e locais. Outro fator de destaque é a verticalização e a integração promovida pelo a atuação em três eixos tecnológicos e a oferta de educação básica, técnica e superior.

Outro fator que se mostrou como potencial da instituição é a oferta de um curso de licenciatura em Química, sendo o único na região, além de formar e qualificar profissionais

para atuar na área de ciência da natureza, a sua estrutura de laboratório e pessoal, tem atendido os incisos V e VI, tornando o campus um centro de referência no ensino de ciências.

Por fim, através das ações de extensão que se dá por meio da oferta de curso FICs e eventos científicos, esportivos e culturais o campus tem promovido uma integração entre a sociedade a produção científica da rede federal, atendendo, dessa forma, os incisos VII, VIII e IX.

Portanto, através da análise dos objetivos e finalidades contidos no dispositivo legal de criação dos IFs, verificamos que as ações de ensino, pesquisa e extensão do IFCE campus Boa Viagem vem atendendo o que prevê a lei.

#### **D) Acompanhamento dos Egressos do curso Técnico Subsequente em Agropecuária**

No intuito de verificar os impactos do IFCE campus Boa Viagem nos indicadores socioeconômicos de emprego e renda, foi feita uma pesquisa junto aos egressos do curso Técnico Subsequente em Agropecuária que se formaram em 2018.2. Essa foi a primeira turma a ingressar no curso, que teve o seu edital de seleção lançado em 2017.1, sendo ofertadas 35 vagas. O curso Técnico Subsequente em Agropecuária tem duração de 3 semestres e carga horária total de 1.200 horas de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação – MEC.

Participaram da pesquisa 17 alunos, a coleta de dados foi feita através de questionário, sendo disponibilizado através do formulário google, com questões fechadas e abertas, que tinha como objetivo apreender a percepção dos egressos sobre as contribuições que o curso trouxe para a formação acadêmica, perspectiva de emprego e geração de renda.

Sobre o aspecto formativo, apresentaremos abaixo as questões que foram levantadas junto aos egressos do curso e suas percepções sobre as contribuições formativas oportunizadas pelo campus Boa Viagem que foram indicadas em 4 categorias: concordo plenamente, concordo em partes, discordo em partes e discordo plenamente.

Tabela 3 – Respostas dos egressos sobre as contribuições formativas do curso.

Questões sobre as contribuições formativas	Indicador			
	Concordo plenamente	Concordo em partes	Discordo em partes	Discordo plenamente
O curso promoveu aulas práticas e viagens técnicas?	33,3%	66,7%		
O curso promoveu pesquisa na área de estudo?	46,7%	40%	13,3%	

O IFCE promoveu eventos científicos na área do curso?	53,3%	40%	6,7	
O curso ofereceu estágio?	86,7%	13,3%		
O estágio foi importante para a sua formação?	100%			
Você tem a pretensão de fazer outro curso no IFCE?	100%			

Fonte: Elaborada pelos autores

Percebemos que o curso promoveu contribuições significativas na formação do técnico em agropecuária, quando observamos que o nível de satisfação entre o indicador concordo plenamente e concordo em partes, foram indicados por mais de 80% dos egressos do curso em todas as questões levantadas. Isso fica evidente, quando 100% dos egressos afirmam pretenderem fazer outros cursos no IFCE campus Boa Viagem.

O depoimento a seguir ilustra aspectos relevantes do olhar do egresso sobre as contribuições formativas que o curso oportunizou, quando perguntado se o curso ajudou na formação pessoal e profissional.

Ajudou sim, tanto na formação pessoal quanto profissional. O desenvolvimento de projetos, o estágio, os trabalhos, as visitas técnicas, ou seja, todas as atividades desenvolvidas no decorrer do curso influenciaram significativamente na nossa desenvoltura pessoal e profissional, seja por meio de uma conversa com o produtor ou uma instrução técnica. Um pouco de tudo faz toda a diferença! (Egresso do curso Técnico em Agropecuária)

Verificamos pelo relato do aluno que o curso utilizou diversas estratégias de ensino, entre conhecimento teórico e prático, para a qualificação da formação técnica o que se mostrou significativo para sua formação.

Outro conjunto de questões levantadas teve o objetivo de identificar as contribuições que o curso trouxe para a geração de emprego e renda.

Tabela 4 – Respostas dos egressos sobre as contribuições de emprego e renda.

Questões sobre as contribuições na geração de emprego e renda	Indicador		
	Sim	Não	Não se aplica
Para aqueles que trabalham com atividade rural, o curso ajudou a melhorar a produtividade?	66,7%		33%
Para aqueles que trabalham com atividade rural, o curso ajudou a melhorar a renda?	53,3%	13,3%	33,3%
O curso ajudou a empreender na área (investiu na produção de alguma atividade rural)?	40%	33,3%	26,7%
A atividade desenvolvida gerou empregos diretos ou indiretamente?	46,7%	53,3%	
O curso ajudou a ingressar no mercado de trabalho?	40%	60%	

Fonte: Elaborada pelos autores

Percebemos através das respostas dos egressos que o curso teve impactos na geração de emprego e renda em dois perfis de alunos, os que já trabalhavam com a atividade rural e aqueles que através do curso passaram a desenvolver uma atividade voltada para essa formação.

É o que fica perceptível pelo quantitativo de respostas sobre a influência positiva do curso na melhora da produtividade, renda e geração de emprego. Isso fica mais evidente através dos seguintes depoimentos.

Profissional, pois “mim” proporcionou o conhecimento necessário para eu ingressar no mercado de trabalho e também poder usar o manejo certo na terra de minha família e com isto obter o resultado esperado, graça ao conhecimento obtido no curso (Egresso do curso técnico em agropecuária). O curso de técnico em agropecuária promoveu-me uma visão que não tinha em relação a produção rural. Antes do curso entendia que agricultura não dava lucro, simplesmente achava que não era uma área boa para se investir...geralmente ouvia pessoas falarem: “estudem pra não trabalhar na roça” “vai pra cidade arranjar um emprego”...etc,muito dessas falácias que difamam o agricultor. Depois que entrei no curso á mente se abriu, percebi que o agricultor é a base da cadeia e que deve ser valorizado. Á pouco tempo comecei com criação de frango caipiras e os resultados vem sendo bom, de acordo com as demandas do mercado buscarei ampliar, além de investir em outras áreas, tendo em vista que a agricultura é bem ampla em oportunidades. Finalizando o curso, considero-me um agricultor instruído disposto a produzir para abastecer á mesa de muitos brasileiros ou até mesmo estrangeiros. Claro que não vou parar nesse curso, como sempre estarei em constante busca de conhecimento. Com certeza estarei ingressando em novos cursos futuramente (Egresso do curso técnico em agropecuária).

Verificamos pelos relatos, em especial, o último que o curso mudou a percepção dos alunos sobre a agropecuária, além de incentivar a criação de mercados com o empreendedorismo dos egressos, que passaram a ver a produção nessa área como uma fonte de renda, perceberam a importância da formação obtida no IFCE campus Boa Viagem para sua qualificação profissional.

Portanto, através desse acompanhamento ao egresso, podemos afirmar que o IFCE de Boa Viagem através do curso Técnico Subsequente em Agropecuária, que já teve uma turma formada, vem contribuindo para a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, provocando o desenvolvimento socioeconômico nos municípios de sua abrangência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou apontar as contribuições que o IFCE campus Boa Viagem vem promovendo no contexto em que está inserido. Para tanto, foram apresentados quatro eixos de

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

análises com o intuito de evidenciar o impacto regional e local do campus nos sertões cearense, sendo eles: a) A inserção do IFCE no município de Boa Viagem; b) O alcance Institucional através das ações de ensino, pesquisa e extensão; c) O cumprimento da finalidade e objetivos da Lei 11.892/2008; e d) Acompanhamento dos Egressos do curso Técnico Subsequente em Agropecuária.

Em seu conjunto, os resultados apontam que o IFCE campus Boa Viagem tem promovido contribuições significativas no contexto estudado, principalmente, através dos serviços educacionais ofertados a comunidade.

O estudo revelou que o contexto em que o IFCE está inserido tem baixo desenvolvimento social e econômico, medidos através de indicadores sociais e educacionais, na qual sua inserção visa diminuir as desigualdades de oportunidades entre os jovens.

Outro fator identificado na pesquisa, foi o alcance regional que o campus tem na sua área de inserção, através da oferta de cursos regulares, FICs e ações de extensão. As atividades desenvolvidas pelo campus visam o cumprimento das finalidades e objetivos estabelecidos na Lei 11.982/2008. Por fim, através do acompanhamento dos egressos, identificamos que os cursos ofertados pelo campus, em especial o Técnico em Agropecuária, está alinhado com as necessidades locais, onde gerou emprego e renda e melhorou o padrão de vida da população atendida.

Além do mais, o IFCE tem se mostrado como uma importante ferramenta de influência regional por se tratar da única instituição de ensino profissional e tecnológico pública inserida no sertão central do Estado, com a oferta de educação básica, profissional e superior, o que nos permite inferir que a formação na instituição pode melhorar os indicadores educacionais, sociais, econômicos e culturais.

Uma questão não levantada por esse estudo que poderá ser base para uma agenda de pesquisa futura, é a migração de estudantes e profissionais provocados pela inserção do IFs em determinado município, que passa a atrair os melhores alunos e profissionais da sua região, resultando em uma perda de capital humano pelos demais municípios.

Contudo, constata-se através do estudo que o IFCE campus Boa Viagem contribui e impacta tanto na qualidade da formação profissional quanto na melhoria das condições de vida da população que atende. Assim, a política de ensino profissional e tecnológica com a inserção dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia tem um importante papel no desenvolvimento regional e local.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crea nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 1909.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3904711>. Acesso em: 20/07/2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 2008.

\_\_\_\_\_. **Catálogo nacional de cursos técnicos**, 3 ed., Brasília: [s.n.], 2016. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category\\_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Expansão da educação superior e profissional e tecnológica: mais formação e oportunidades para os brasileiros. Brasília: MEC, 2011.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio e educação profissional no Brasil. **Revista Retratos da Escola**, v. 5, p. 27-41, 2011.

CAVALCANTE, Irna. Ceará é o 7º estado mais desigual do Brasil. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 12 abr. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2018/04/ceara-e-o-7-estado-mais-desigual-do-brasil.html#>. Acesso em 15/06/2019.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1129-1152, 2007.

KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação & Sociedade**, v. 27, p. 877-910, 2006.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

MOURA, D. H. A relação entre a educação profissional e a educação básica na Conae 2010: possibilidades e limites para a construção do novo PDE. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 875-894, 2010.

PACHECO, E. (Org.). **Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

PNUD; IPEA, FJP. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/640](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/640). Acesso em: 15/06/2019.

RAMOS, M. Aspectos conceituais e metodológicos da avaliação de políticas e programas sociais. **Planejamento e Políticas públicas**, v. 32, p. 95-114, 2009.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, p. 152-180, 2007. SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, p. 152-180, 2007.

TEDESCO, Juan Carlos. **O novo pacto educativo**. São Paulo: Ática, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.